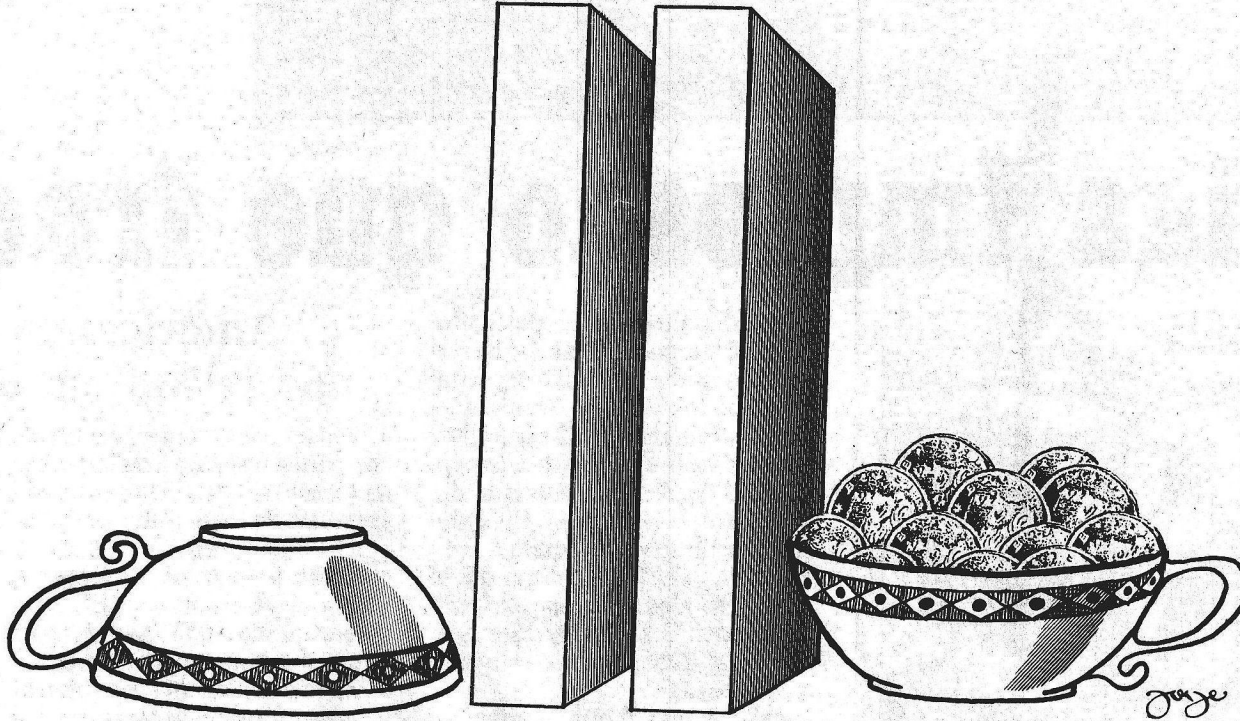


Congresso quer regionalizar o Orçamento

VICENTE DIANEZI e
PAMELA NUNES/AE

Ao apresentar 1.227 alterações ao projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), os congressistas começaram a distribuir, neste mês, algo em torno de US\$ 130 bilhões que o governo deverá arrecadar em 1992 na forma de impostos, taxas e contribuições. O texto — que deverá ir para votação em plenário até o final desta semana sob o risco de adiar o recesso de julho se não for apreciado — foi carregado de propostas regionalistas, com destaque para os parlamentares do Norte-Nordeste que contam com uma maioria de 56% na comissão mista de deputados e senadores encarregada de examinar as questões orçamentárias antes do plenário.

Com 45 propostas de mudanças, o deputado José Luiz Maia (PDS-PI) é o campeão das emendas. Ele quer fixar na LDO, por exemplo, a seguinte diretriz para o Orçamento da União do próximo ano que será votado até dezembro: construção de um porto de grande porte no Nordeste Oriental. Se ele for bem-sucedido, esse projeto contaria com recursos garantidos no Orçamento da União para ser iniciado em 1992. Já o deputado José Mendonça (PFL-PE) propõe a construção de oito mil casas para populações desabrigadas por enchentes ou desabamentos. "Temos cidades como Recife e João Pessoa que contam com desabrigados habitando prédios



públicos há mais de ano", ele argumenta.

"O governo e o Congresso estão enterrando o instrumento da LDO", afirma Aurélio Nonô Valença, especialista em planejamento público. O governo elaborou um texto vago para fazer o que quiser na execução do Orçamento. Pelo raciocínio do especialista, a LDO foi criada pela nova Constituição para amarrar por um ano a política orçamentária do governo, estabelecendo metas e prioridades em nível geral. Assim, ela deveria definir recursos para gran-

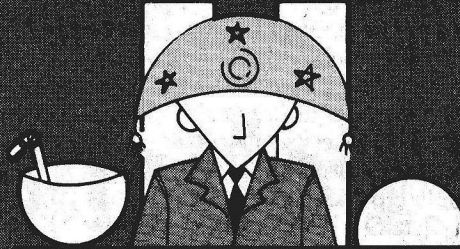
des programas na área de energia elétrica ou rodovias, por exemplo, deixando para o Orçamento da União a definição dos projetos regionalizados. "Mas o governo se omitiu na fixação dos recursos para programas e os parlamentares aproveitaram para definir projetos regionais".

Assim é que o tucano Jutahy Magalhães (BA) espera que haja prioridade para o combate da praga "vassoura-de-bruxa", que ataca a lavoura cacaueteira, enquanto o senador Júlio Campos (PFL-MT) sugere a desconcentração in-

dustrial porque o Sudeste detém 55% da atividade industrial brasileira. Os projetos definidos na maioria das 1.227 emendas propõem somados a irrigação de 748 mil hectares de terras no Nordeste, construção de mil quilômetros de adutoras, 350 açudes e armazenamento de um bilhão de litros de água. São metas tão ambiciosas que o deputado Genebaldo Correia (BA), líder do PMDB na Câmara, sugeriu a seguinte mudança: o Congresso pode reestimar o valor da receita e, se for para cima, criará novas despesas.

O Orçamento nas mãos do Nordeste

Algumas das 1.227 emendas apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias



José Linhares (PSDB-CE) — destinar 26% dos recursos da União para o Norte-Nordeste.

Genebaldo Correia (PMDB-BA) — o Congresso pode reestimar o valor da receita calculado pelo governo e, se for para cima, criará novas despesas; os parlamentares poderão indicar gastos para 1993 até abril de 1992.

José Luiz Maia (PDS-PI) — implantar um porto de grande capacidade no Nordeste Oriental.

Jutahy Magalhães (PSDB-BA) — prioridade para o combate à praga "vassoura-de-bruxa" na lavoura cacaueteira.

Fernando Bezerra (PMDB-PE) — o Nordeste, que hoje conta com uma fatia de 22,2% nos gastos do Tesouro Nacional, passará para 28,7% em 1997. No mesmo período, o Sudeste terá sua participação reduzida de 56,3% para 43,6%.

Fetter Júnior (PDS-RS) — o Tesouro Nacional deve comprar as dívidas de Estados e Municípios estimadas em Cr\$ 2,3 trilhões em maio passado, além de subsidiar fundações sem fins lucrativos.

Saulo Coelho (PSDB-MG) — instalar laminadores de porte médio na Açominas (MG).

Marluce Pinto (PTB-RR) — a União deve destinar 2% da receita de impostos para a implantação dos recém-criados Estados do Amapá e Roraima.

Gerson Camata (PDC-ES) — prioridade para o prolongamento do cais de produtos siderúrgicos do porto de Praia Mole (ES).

José Fortunati (PT-RS) — a União destinará 0,5% de seus recursos orçamentários para casas populares e saneamento básico de bairros (sic) habitados por populações de baixa renda.

Raul Pont (PT-RS) — entidades nacionais, representativas da sociedade, podem propor modificações no projeto da lei orçamentária.

Iberê Ferreira (PFL-RN) — prioridade para a realização de obras de armazenagem de 1 bilhão de metros cúbicos de água.

Jonival Lucas (PDC-BA) — prioridade para a pavimentação de 15 km de vias urbanas em Salvador.

Pedro Valadares (PFL-SE) — 29 municípios de Sergipe, entre eles a capital Aracaju, terão prioridade na distribuição de verbas para saúde, educação e assistência social.

José Mendonça (PFL-PE) — construir 8 mil casas para população desabrigada por enchentes e desabamentos.

Oswaldo Bender (PDS-RS) — assegurar a deputados e senadores 10% da receita de impostos para que distribuam em programas de suas regiões.

Ary Kara (PMDB-SP) — privatizar apenas as estatais que deram prejuízo nos últimos cinco anos.

Ernani Viana (PSDB-CE) — transferir recursos para Estados e Municípios investirem em saneamento básico como condição de combate à cólera.